



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete deputada Antônia Sales

INDICAÇÃO Nº 10 /2007.

Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, de acordo com o que preceitua o artigo 169 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que após, ouvido o plenário seja apreciado junto ao Presidente da Mesa e demais pares, a criação de uma Comissão Parlamentar do Estado do Acre, para que junto as Assembléias Legislativas do departamento de Ucayali, Madre de Dios - Peru e Pando – Bolívia, busquem a integração dessas Assembléias na criação do Parlamento Fronteiriço.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”
Em 06 março de 2007.

Antônia Sales
Deputada Estadual – PMDB

Justificativa

Vivemos hoje sob uma nova ótica global, onde prima a união das nações e seus povos, visando a unidade de forças para construir uma sociedade mais justa, valorizando o cidadão que nela habita, com suas diferenças, étnicas, culturais, regionais, econômicas, ideológicas, científicas e tudo que engloba a inteligência dos avanços da contemporaneidade.

Este novo momento é herdeiro de uma visão de estadistas, que impuseram à nova ordem global os chamados “Blocos Regionais”, como por exemplo, o da Comunidade Econômica Européia, que busca unificar seus povos através de uma moeda, o euro, mas também para romper barreiras comerciais, turísticas e culturais.

Esta mesma visão envolve na atualidade a Estado-nação sul-americanos, considerados pelos países ricos como subdesenvolvidos e ultrapassados nos moldes de estrutura e gestão, o que nesta visão, seria o motivo que emperra nosso desenvolvimento. Para combater esta visão preconceituosa, inúmeros encontros entre os representantes destes países sul-americanos já foram realizados com a intenção de unificar suas políticas com vistas a quebrar o paradigma do subdesenvolvimento, que os chamados “desenvolvidos” rotularam nossas nações.

Nesta perspectiva, um dos Tratados mais importantes desta integração é o TCA (Tratado de Cooperação Amazônica), assinado em 1978 e ratificado em 2002 através do chamado “Instrumento de Ratificação de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica”, onde inclusive, foi criada uma secretaria Permanente, iniciando um novo momento do Tratado.

O Tratado de Cooperação Amazônica que tem como um objetivos principais a busca de soluções para o desenvolvimento harmônico da

Amazônia, teve inicialmente como signatários 8 países amazônicos: Brasil, Peru, Bolívia, Guiana Francesa, Suriname, Equador, Venezuela e Colômbia.

Uma das razões para a criação do Tratado de Cooperação Amazônica está no esforço que devem fazer seus países membros para o desenvolvimento harmonioso da Amazônia, que os resultados destes esforços sejam distribuídos de forma eqüitativa entre os países integrantes e que sejam efetivadas a troca de informação para promover acordos multilaterais que levem a um entendimento pautado em instrumentos jurídicos ou políticos que permitam o cumprimento das finalidades expostas no Tratado.

Apesar de o TCA ser um instrumento formal de fundamental importância pra consolidação da integração destes países, não conseguiu, ao mesmo tempo, ser uma ferramenta base, ou seja, não permitiu uma sensibilização dos vários atores sociais que compõem estas sociedades. Em virtude deste distanciamento da base, é que vem surgindo inúmeras iniciativas na região que confluem para um objetivo comum: a integração sustentável nos seus vários aspectos: cultural, econômico, social, ético, político, etc.

No caso do Estado do Acre, é de fundamental importância que suas instituições estejam permanentemente acompanhando o desenvolvimento de iniciativas que envolvam os países fronteiriços do Peru e da Bolívia, que tem nos seus departamentos de Madre de Dios, Ucayali e Pando, respectivamente, nossos vizinhos.

Iniciativas como a do Processo MAP, que vem a se constituir em um movimento da sociedade civil organizada da região do MAP (Madre de Dios – Peru, Acre – Brasil, Pando – Bolívia), estão buscando encontrar soluções para os problemas que os Tratados Internacionais , como o Tratado de Cooperação amazônica não conseguiram dar respostas. Este movimento não se considera institucional ou político, mas faz interlocução dos atores sociais com as instituições dos países do triângulo fronteiro BOLPEBRA.

Este movimento se baseia em dois direitos humanos básicos da Declaração Universal de Direitos Humanos e no princípio 10 de Declaração do Rio Janeiro: “A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive, informações a cerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos”.

O movimento MAP realiza todo ano um encontro, onde são debatidos os mais variados temas relacionados principalmente à pobreza, desenvolvimento sustentável, degradação ambiental e os inúmeros problemas advindos dos grandes projetos para a Amazônia. O movimento iniciou seus encontros no ano de 2000 quando se realizou o primeiro MAP, a seqüência histórica dos encontros é: MAP I (2000), MAP II(2001), MAP III (2002), MAP IV (2003), MAP V (2004), MAP VI (2005) e MAP VII (2006).

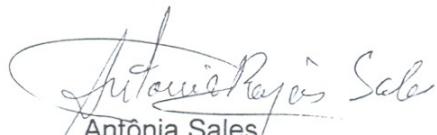
Nestes encontros os debates são realizados nos MiniMAPs, ou seja, naqueles espaços onde cada participante tem afinidade ou desenvolve atividades relacionadas aos temas tratados. Atualmente, os MiniMAPs são: Agroflorestania, Áreas Protegidas, Bacia, Biodiversidade, Câmara de Integração Empresarial, Campesinos e Extrativista, Castanha, Comunicação Social, Cultura, Arte, História e Esporte, Cupuaçu, Defensoria das Crianças e dos Adolescentes, Direitos Humanos, Educação, Estradas, Estudantes, Gênero, Herbários, Indígena, Madeira, Micro-negócios, Não-madeireiros, Pesca, Pesquisa Pecuária, Planejamento Regional e Ordenamento Territorial, Produtores Rurais, Queimadas, Sanidade Agrária, Saúde, Turismo e Universidade Pesquisa.

Como se percebe, quase todas as áreas que tratam da problemática da sociedade contemporânea na região estão contempladas nos MiniMAPs. Entretanto, o parlamento ainda não se faz presente formalmente nos encontros – apesar de algumas participações avulsas de parlamentares do Brasil, da Bolívia e do Peru – trazendo como resultado um desnível de informação que pode gerar um distanciamento das casas do povo daquilo que a sociedade está demandando em termos de alternativas para os inúmeros problemas que são comuns às nossas sociedades fronteiriças.

Em virtude do exposto, cremos ser de fundamental importância que a Assembléia Legislativa do Acre, inicie um trabalho de sensibilização dos nossos colegas parlamentares da Bolívia (Pando), e do Peru (Madre de Dios e Pucallpa), para que passemos a participar efetivamente, enquanto instituições dos encontros anuais dos MAPs e possamos propor a criação de um “Parlamento das Fronteiras”. Neste sentido, sugerimos que se elabore uma agenda de visitas aos legislativos dos Departamentos de Pando, Madre de Dios e Cobija para trocarmos informações e ao mesmo tempo verificar até que ponto se pode avançar na união destes parlamentos para contínua discussão de nossos problemas comuns.

Assim como também cremos de fundamental importância que façamos um esforço junto aos organizadores do MAP para que seja incluído nas discussões, em forma de Seminários, Workshops, encontros, visitas ou criação de um MiniMAP em Pucallpa, capital da região de Ucayalli, uma vez que no outro extremo do Acre, na região do Juruá, também fazemos fronteira com o Peru e temos os mesmos problemas a serem discutidos em um fórum da envergadura do Processo MAP.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”
Em 06 de março de 2007.


Antônia Sales
Deputada Estadual - PMDB